

03/03/2016

PLENÁRIO

AG.REG. NO AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 317 MARANHÃO

RELATOR	: MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO E OUTRO(A/S)
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
AGDO.(A/S)	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - SINDJUS/MA
ADV.(A/S)	: PEDRO DUAILIBE MASCARENHAS E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO MARANHÃO - SINTAF
ADV.(A/S)	: ANDREA KARLA SAMPAIO COELHO
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA ESTADUAL DO MARANHÃO - SINDAFTEMA
ADV.(A/S)	: PEDRO DUAILIBE MASCARENHAS
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DO MARANHÃO - SINPOL/MA
ADV.(A/S)	: JOSÉ CAVALCANTE DE ALENCAR JUNIOR
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DO MARANHÃO - APOTEC/MA
ADV.(A/S)	: JOSÉ GUILHERME CARVALHO ZAGALLO
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DO MARANHÃO - ADEPOL/MA
ADV.(A/S)	: JOSÉ CAVALCANTE DE ALENCAR JUNIOR
AM. CURIAE.	: CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL - CSPB
ADV.(A/S)	: DANIELLE DE OLIVEIRA XAVIER

ADPF 317 AGR-AGR / MA

E M E N T A: ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL AJUIZADA POR GOVERNADOR DE ESTADO – DECISÃO QUE NÃO A ADMITE, POR INCABÍVEL – RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO PELO ESTADO-MEMBRO – INVIABILIDADE – ILEGITIMIDADE RECURSAL, EM SEDE DE CONTROLE NORMATIVO ABSTRATO, DESSA PESSOA POLÍTICA – PRECEDENTES – POSSIBILIDADE, EM TAL HIPÓTESE, DE O RELATOR DA CAUSA EXERCER, EM ATO SINGULAR, O CONTROLE DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DAS ESPÉCIES RECURSAIS – COMPETÊNCIA MONOCRÁTICA DELEGADA, EM SEDE REGIMENTAL, PELA SUPREMA CORTE (RISTE, ART. 21, § 1º, NA REDAÇÃO DADA PELA ER Nº 21/2007) – INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO POSTULADO DA COLEGIALIDADE – PRECEDENTES – DECISÃO QUE, PROFERIDA MONOCRATICAMENTE, NÃO CONHECE DO RECURSO DE AGRAVO DO ESTADO, POR MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL – RECURSO DE AGRAVO CONTRA ESSA DECISÃO, DEDUZIDO PELO GOVERNADOR DE ESTADO – INTERPOSIÇÃO TARDIA, POIS, PARA REVESTIR-SE DE EFICÁCIA CONVALIDADORA, DEVERIA TER SIDO REALIZADA DENTRO DO PRAZO RECURSAL (LEI Nº 9.882/99, ART. 4º, § 2º) – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.

AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE RECURSAL DO ESTADO-MEMBRO EM SEDE DE CONTROLE NORMATIVO ABSTRATO

– O Estado-membro não dispõe de legitimidade para interpor recurso em sede de controle normativo abstrato, ainda que a arguição de descumprimento tenha sido ajuizada pelo respectivo Governador, a quem assiste a prerrogativa legal de recorrer contra as decisões proferidas pelo Relator da causa (Lei nº 9.882/99, art. 4º, § 2º) ou, excepcionalmente, contra aquelas emanadas do próprio Plenário do Supremo Tribunal Federal. Precedentes.

ADPF 317 AGR-AGR / MA

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **acordam** os Ministros do Supremo Tribunal Federal, **em Sessão Plenária**, sob a Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, **por maioria** de votos, **em negar provimento** ao recurso de agravo, **nos termos** do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Ausentes, justificadamente, os Ministros Cármen Lúcia e Luiz Fux.

Brasília, 03 de março de 2016.

CELSO DE MELLO – RELATOR

03/03/2016

PLENÁRIO

AG.REG. NO AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 317 MARANHÃO

RELATOR	: MIN. CELSO DE MELLO
AGTE.(S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO E OUTRO(A/S)
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
AGDO.(A/S)	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - SINDJUS/MA
ADV.(A/S)	: PEDRO DUAILIBE MASCARENHAS E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO MARANHÃO - SINTAF
ADV.(A/S)	: ANDREA KARLA SAMPAIO COELHO
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA ESTADUAL DO MARANHÃO - SINDAFTEMA
ADV.(A/S)	: PEDRO DUAILIBE MASCARENHAS
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DO MARANHÃO - SINPOL/MA
ADV.(A/S)	: JOSÉ CAVALCANTE DE ALENCAR JUNIOR
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DO MARANHÃO - APOTEC/MA
ADV.(A/S)	: JOSÉ GUILHERME CARVALHO ZAGALLO
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DO MARANHÃO - ADEPOL/MA
ADV.(A/S)	: JOSÉ CAVALCANTE DE ALENCAR JUNIOR
AM. CURIAE.	: CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL - CSPB
ADV.(A/S)	: DANIELLE DE OLIVEIRA XAVIER

ADPF 317 AgR-AgR / MA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO – (Relator): Trata-se de recurso de agravo, **tempestivamente** interposto, contra decisão por mim proferida **que não conheceu** de idêntico recurso **anteriormente** interposto pelo Estado do Maranhão, a qual se acha assim ementada:

“ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL AJUIZADA POR GOVERNADOR DE ESTADO. DECISÃO QUE NÃO A ADMITE, POR INCABÍVEL. RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO, NO ENTANTO, PELO PRÓPRIO ESTADO-MEMBRO. INADMISSIBILIDADE. ILEGITIMIDADE RECURSAL DESSA PESSOA POLÍTICA. PRECEDENTES. POSSIBILIDADE, EM TAL HIPÓTESE, DE O RELATOR DA CAUSA EXERCER, EM ATO SINGULAR, O CONTROLE DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DAS ESPÉCIES RECURSAIS. COMPETÊNCIA MONOCRÁTICA DELEGADA, EM SEDE REGIMENTAL, PELA SUPREMA CORTE (RISTE, ART. 21, § 1º, NA REDAÇÃO DADA PELA ER Nº 21/2007). INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO POSTULADO DA COLEGIALIDADE. PRECEDENTES. RECURSO DE AGRAVO NÃO CONHECIDO.

– O Estado-membro **não dispõe** de legitimidade **para interpor recurso** em sede de controle normativo abstrato, **ainda** que a arguição de descumprimento tenha sido ajuizada **pelo respectivo** Governador, **a quem assiste** a prerrogativa legal de recorrer **contra as decisões** proferidas pelo Relator da causa (Lei nº 9.882/99, art. 4º, § 2º) **ou**, excepcionalmente, **contra aquelas** emanadas do próprio **Plenário** do Supremo Tribunal Federal. Precedentes.”

(ADPF 317-AgR/MA, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Tal como já assinalado anteriormente na decisão recorrida, **cuidava-se** de recurso de “agravo regimental”, **interposto pelo Estado do Maranhão**,

ADPF 317 AGR-AGR / MA

contra decisão que **não havia conhecido**, por *incabível*, da arguição de descumprimento de preceito fundamental **ajuizada** pela Senhora Governadora daquela unidade da Federação.

O Estado do Maranhão, *inconformado com esse ato decisório, sustentava que se revelava plenamente admissível* a arguição de descumprimento, **alegando**, *em síntese*, que a pretensão deduzida pela Chefia do Poder Executivo do Estado **atenderia** à *cláusula da subsidiariedade*, pois “*as demais possibilidades de controle concentrado não se apresentam adequadas, visto ser a ação direta de constitucionalidade restrita ao controle de normas federais, assim como ao fato de que não se pretende a declaração de inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 8.369/2006, ante a inexistência de vícios que maculem a Constituição, mas sim evitar interpretações calcadas em preceitos constitucionais flagrantemente equivocadas*” (grifei).

Ao apreciar a admissibilidade do pleito recursal formulado pelo Estado do Maranhão, **observei que se revelava insuscetível** de conhecimento, **eis que** deduzido por pessoa jurídica de direito público (o Estado do Maranhão, no caso), **que não dispõe** de legitimidade recursal **em sede** de controle normativo abstrato.

Inconformado com a decisão que **não conheceu** do recurso interposto pelo Estado do Maranhão **em face** da ilegitimidade “*ad causam*” do recorrente, **o Senhor Governador** do Estado do Maranhão **interpõe** o presente recurso de agravo, **sustentando**, *em síntese*, **o que se segue**:

“DO DIREITO

**DA LEGITIMIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DE AGRAVO
REGIMENTAL — PERMISSIVO DO PARÁGRAFO ÚNICO
DO ART. 3º DA LEI 9.882/99**

ADPF 317 AGR-AGR / MA

Segundo se infere da decisão objurgada, o agravo regimental não fora conhecido em virtude da falta de legitimidade do Estado do Maranhão para interpor qualquer recurso em sede de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, visto que esta prerrogativa é deferida apenas aos sujeitos elencados no rol do artigo 103 da Constituição.

De início, insta observar que a petição inicial da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental fora assinada, à época, pela então Governadora do Estado do Maranhão, Roseana Sarney Murad, satisfazendo plenamente o requisito constante do artigo 2º da Lei 9.882/99, que dispõe sobre os legitimados para a propositura da ADPF. (...).

.....
Interessante destacar que junto com a Chefe do Executivo também firmaram a exordial a então Procuradora Geral do Estado – Helena Cavalcanti Haickel e o Procurador Geral Adjunto Ricardo de Lima Séllos, isto se deve ao fato que é extremamente pueril acreditar que a então Governadora do Estado do Maranhão, com formação em Ciências Sociais, se predisporia a minutar a presente Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, quando se pode valer de corpo técnico presente na estrutura do Estado para a defesa dos interesses do Maranhão, qual seja, Procuradoria Geral do Estado do Maranhão.

.....
DA POSSIBILIDADE DE CONVALIDAÇÃO E DO PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS
.....

(...) não podemos olvidar que tão logo interposta a peça recursal fora solicitada e realizada audiência com o eminente Ministro Relator, no dia 20/05/2015 às 18:30 (doc. 02), na qual compareceram todos os subscritores da exordial, em especial o atual Sr. Governador do Estado, que explicitou pontos relevantes para o deslinde da controvérsia e expressamente pugnou pelo conhecimento e provimento da presente Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental, comportamento este que configura ratificação de todos os atos processuais até então praticados.

ADPF 317 AGR-AGR / MA

Ora, a forma não pode prevalecer sobre o conteúdo. O não conhecimento do recurso interposto pela falta de aposição de assinatura do Governador do Estado, mesmo quando presente dos outros Procuradores Gerais que igualmente subscreveram a petição inicial, em nítida outorga de mandato e ainda com realização de audiência física com o Ministro Relator da ADPF na qual o Chefe do Executivo ratifica e requer o conhecimento e provimento da ação constitucional, configura apego exagerado às formas, situação que vai de encontro ao direito da adequada prestação jurisdicional.

.....
Por fim, repise-se que a inicial da ADPF fora subscrita pela então Governadora, Procurador Geral e Procurador Geral Adjunto, este último o mesmo que interpôs o recurso de Agravo Regimental, desta feita o caso em voga é idêntico ao aresto supra transcrito. Assim, pugna-se (...) uniformidade de entendimento desta Suprema Corte e o consequente conhecimento do agravo regimental outrora interposto.

DA CAPACIDADE PROCESSUAL – MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA — POSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO A QUALQUER MOMENTO — OPORTUNIDADE PARA REGULARIZAÇÃO DA CAPACIDADE PROCESSUAL

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1977, de Relatoria do Ministro Sidney Sanches, restou definido por essa Corte Suprema a possibilidade de ratificação posterior, pelo Governador do Estado, de petição que havia sido assinada somente pelo Governador do Estado, conforme se verifica do trecho do Voto a seguir transcrito:

‘Ora, em tais circunstâncias, não se pode deixar de admitir que o Governador do Estado ratificou os atos praticados pelo Procurador Geral, atribuindo-lhe, inclusive, a condição de seu Procurador nos autos da presente ADI, expressamente indicada.

Diante disso, tornou-se desnecessário constar da própria inicial a assinatura do próprio Governador, que passou a ser o autor da ação, com a ratificação referida.’ (...)

ADPF 317 AGR-AGR / MA

Ocorre que, na situação dos autos, não foi dada oportunidade, pelo Exmo. Ministro Relator, de qualquer ratificação posterior pelo Governador do Estado quanto à interposição do recurso subscrito por seu Procurador-Geral, não obstante tenha sido esse o argumento da decisão que não conheceu do Agravo Regimental interposto.

.....
DA REPERCUSSÃO GERAL DO TEMA

Por fim, quanto ao excerto da decisão que o Supremo Tribunal Federal, em recursos extraordinários, já sinalizou pela ausência de repercussão geral, temos que essa assertiva de igual maneira não merece prosperar.

Ilustríssimo Julgador, essa Corte Suprema, em decisão recente e tratando de assunto em absoluto idêntico ao ora posto pelo Estado do Maranhão, manifestou entendimento contrário àquele indicado por V. Exa. no r. 'decisum' guerreado, nos termos em que segue:

'Recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida. Administrativo. Servidor Público. Extensão de gratificação com fundamento no princípio da isonomia. Vedação. Enunciado 339 da Súmula desta Corte. Recurso extraordinário provido.'

(RE 592317, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 28/08/2014, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO DJe-220 DIVULG 07-11- 2014 PUBLIC 10-11-2014)...

.....
*Ante o exposto, requer o Agravante seja RECONSIDERADA a decisão que não conheceu do recurso de Agravo interposto **contra** decisão monocrática do eminente Ministro Relator; **ou então**, acaso Vossa Excelência assim não entenda, o que se admite apenas a título de argumentação, **seja DADO PROVIMENTO** ao presente Agravo Regimental, pela Corte, **para reformar** a douta decisão denegatória e, em consequência, **seja conhecido e provido** o inconformismo na forma como deduzido." (grifei)*

ADPF 317 AGR-AGR / MA

Por não me convencer das razões expostas pela parte recorrente, **submeto** à apreciação do E. Plenário desta Suprema Corte **o presente** recurso de agravo.

É o relatório.

03/03/2016

PLENÁRIO

AG.REG. NO AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 317 MARANHÃO

V O T O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO – (Relator): Não assiste razão à parte recorrente, eis que a decisão agravada ajusta-se, *com integral fidelidade*, à diretriz jurisprudencial que o Supremo Tribunal Federal firmou na matéria ora em exame.

Cabe registrar, desde logo, que se legitimam como sujeitos processuais, em sede de fiscalização concentrada de constitucionalidade, apenas (a) aqueles previstos no rol taxativo constante do art. 103 da Constituição, (b) os órgãos estatais de que emanou a lei ou o ato normativo impugnado (o Governador e a Assembleia Legislativa do Estado), (c) o Advogado-Geral da União e (d) o Procurador-Geral da República, vedada a intervenção de terceiros (Lei nº 9.868/99, art. 7º, “caput”), embora autorizada, excepcionalmente, a participação do “amicus curiae” (Lei nº 9.868/99, art. 7º, § 2º).

Vê-se dessa relação de sujeitos processuais legitimados a intervirem no processo de fiscalização abstrata de constitucionalidade que não se acham incluídas as entidades estatais, como os Estados-membros da Federação, pois assiste ao Governador do Estado a prerrogativa de agir, amplamente, nessa sede processual, podendo, *inclusive*, quando for o caso, interpor os recursos cabíveis, ainda mais quando negado processamento à ação constitucional ajuizada pela própria Chefia do Poder Executivo estadual, *tal como sucedeu na espécie ora em exame*.

Como se sabe, as pessoas jurídicas de direito público (qualquer Estado-membro, *p. ex.*) revelam-se destituídas de legitimidade ativa (e também

ADPF 317 AGR-AGR / MA

recursal) para atuar no processo de controle normativo abstrato, como assinala o magistério da doutrina (LEONARDO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA, “A Fazenda Pública em Juízo”, p. 49, item n. 3.3.6, 8ª ed., 2010, Dialética, v.g.) e adverte a jurisprudência desta Suprema Corte:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE AJUIZADA POR GOVERNADOR DE ESTADO – DECISÃO QUE NÃO A ADMITE, POR INCABÍVEL – RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO PELO PRÓPRIO ESTADO-MEMBRO – ILEGITIMIDADE RECURSAL DESSA PESSOA POLÍTICA – (...) – RECURSO DE AGRAVO NÃO CONHECIDO.

O ESTADO-MEMBRO NÃO POSSUI LEGITIMIDADE PARA RECORRER EM SEDE DE CONTROLE NORMATIVO ABSTRATO

– O Estado-membro não dispõe de legitimidade para interpor recurso em sede de controle normativo abstrato, ainda que a ação direta de inconstitucionalidade tenha sido ajuizada pelo respectivo Governador, a quem assiste a prerrogativa legal de recorrer contra as decisões proferidas pelo Relator da causa (Lei nº 9.868/99, art. 4º, parágrafo único) ou, excepcionalmente, contra aquelas emanadas do próprio Plenário do Supremo Tribunal Federal (Lei nº 9.868/99, art. 26). (...).”

(ADI 2.130-AgR/SC, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)

“1. Os Estados-Membros da Federação não estão no rol dos legitimados a agir como sujeitos processuais em sede de controle concentrado de constitucionalidade, sendo indevida, no modelo de processo objetivo, a intervenção de terceiros subjetivamente interessados no feito. Precedente: ADI 2.130-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 14.12.01.”

(ADI 2.994-ED/BA, Rel. Min. ELLEN GRACIE, Pleno – grifei)

É importante ressaltar, neste ponto, que, tratando-se de fiscalização abstrata de constitucionalidade, é do Governador do Estado (ADI 127-MC-

ADPF 317 AGR-AGR / MA

-OO/AL, Rel. Min. CELSO DE MELLO, **Pleno**, v.g.), **e não** da Procuradoria-Geral, **a legitimidade** para fazer instaurar o respectivo processo objetivo, **bem assim** para, **neste**, **interpor** os concernentes recursos (**como o recurso de agravo**), **inclusive**, quando for o caso, **os pertinentes embargos de declaração**.

Reproduza-se, por oportuno, **fragmento** de decisão que, **proferida** pela eminente Ministra ROSA WEBER (**ADI 5.084/RO**), **corretamente** destacou **que assiste ao Governador** do Estado – **e não ao próprio Estado-membro ou ao seu Procurador-Geral** – **qualidade para agir em sede de controle normativo abstrato**, **inclusive para deduzir** os pertinentes recursos, **de tal modo** que as respectivas petições (**tanto a inicial quanto a recursal**), **embora podendo** conter a assinatura do Procurador-Geral do Estado, **não poderão deixar** de ser necessariamente subscritas **pelo Chefe** do Poder Executivo estadual:

*“(...) **Trata-se**, pois, de **legitimação** conferida pela norma constitucional **ao Chefe** do Poder Executivo local **em caráter ‘intuitu personae’**, **razão pela qual** a ele se reconhece, inclusive, **excepcional ‘jus postulandi’**, como decorrência do exercício da função pública. (...).*

.....
*Assim, na hipótese de ação direta **proposta** por autoridade cuja legitimação ativa tem supedâneo no art. 103, V, da Carta Política, **cabe ao próprio Governador de Estado ou do Distrito Federal subscrever a petição inicial**, sendo-lhe facultado fazê-lo isoladamente **ou** em conjunto com o Procurador-Geral do Estado ou advogado habilitado.*

*No caso em tela, embora alegadamente proposta em nome do Governador, consta da petição inicial eletrônica, **unicamente**, a assinatura digital **do Procurador-Geral** do Estado de Rondônia (...). Não demonstrada a legitimidade ‘ad causam’ do requerente, impõe-se o indeferimento da inicial, na forma do art. 295, II, do CPC.” (grifei)*

ADPF 317 AGR-AGR / MA

Impende acentuar, por relevante, que esse entendimento tem o beneplácito do magistério jurisprudencial **firmado** por esta Suprema Corte na matéria, **sempre enfatizando** que o Procurador-Geral do Estado (e não qualquer Procurador do Estado, como sucedeu na espécie, **ainda mais se ausente** o instrumento formalizador da necessária delegação) **não pode** ajuizar, singularmente, ações diretas **nem deduzir, ele próprio**, impugnações recursais, **sem** que referidas peças processuais **também estejam subscritas** pelo Governador do Estado **ou, então**, tenham sido por este ratificadas (**ADI 1.977/PB**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES – **ADI 4.680/DF**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, v.g.), **daí resultando a inadmissibilidade** de a petição inicial e a petição recursal **ostentarem, unicamente, a assinatura** do Procurador-Geral do Estado (**ADI 1.814-MC/DF**, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA – **ADI 2.130-AgR/SC**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **ADI 3.013-ED-AgR/BA**, Rel. Min. ELLEN GRACIE, v.g.).

Vale insistir que a petição recursal **veiculada anteriormente** pelo Estatuto do Maranhão, **além de não haver sido subscrita** pelo Senhor Governador do Estado, que nela sequer figurava como parte recorrente, **também não foi assinada** pelo Senhor Procurador-Geral daquela unidade da Federação, **inexistindo, ainda**, em referida peça processual, **qualquer** ato de ratificação de mencionado recurso pelo Chefe do Poder Executivo local.

Nem se diga, de outro lado, que a **interposição** do presente recurso de agravo pelo próprio Senhor Governador do Estado **revestir-se-ia de eficácia convalidadora** do ato processual **anteriormente** praticado por quem **não dispunha** de legitimidade ativa, **pois, para revestir-se desse efeito, deveria** ter sido efetivada, **pelo Chefe do Poder executivo, em tempo oportuno**, ou seja, **dentro** do prazo recursal **a que alude** o art. 4º, § 2º, da Lei nº 9.882/99.

Não se pode perder de perspectiva, *neste ponto*, que os prazos recursais **são peremptórios e preclusivos** (**RT 473/200** – **RT 504/217** –

ADPF 317 AGR-AGR / MA

RT 611/155 – RT 698/209 – RF 251/244, *v.g.*), **razão pela qual**, com o mero decurso, “*in albis*”, do lapso temporal respectivo, **extingue-se**, “*pleno jure*”, **o direito** de o interessado deduzir o recurso pertinente:

“– **Os prazos recursais** são *peremptórios e preclusivos* (RT 473/200 – RT 504/217 – RT 611/155 – RT 698/209 – RF 251/244). **Com o decurso**, ‘*in albis*’, do prazo legal, **extingue-se**, de pleno direito, **quanto** à parte sucumbente, **a faculdade processual** de interpor, em tempo **legalmente** oportuno, o recurso pertinente.

– **A tempestividade** – que se qualifica como pressuposto objetivo **inerente** a qualquer modalidade recursal – **constitui** matéria de ordem pública, **passível**, por isso mesmo, **de conhecimento** ‘*ex officio*’ pelos juízes e Tribunais. **A inobservância** desse requisito de ordem temporal, pela parte recorrente, **provoca**, como necessário efeito de caráter processual, **a incognoscibilidade** do recurso interposto.”

(RTJ 203/416, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Ainda que fosse possível superar esse obstáculo processual, **mesmo assim não se revelaria cabível** o acolhimento da pretensão recursal deduzida nesta sede processual.

É que, tal como referi na decisão ora recorrida, **incide**, na espécie, o pressuposto **negativo de admissibilidade** a que se refere o art. 4º, § 1º, da Lei nº 9.882/99, **circunstância essa** que torna **plenamente** invocável, no caso, a **cláusula da subsidiariedade**, **que atua como causa obstativa** do ajuizamento, **perante** esta Suprema Corte, da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, **procedendo** à interpretação **do § 1º** do art. 4º da Lei 9.882/99, **tem advertido ser inadmissível** a arguição de descumprimento de preceito fundamental, **quando ajuizada**, como no caso, contra diplomas normativos **pós-constitucionais**, **vale dizer**, contra espécies normativas **editadas após a**

ADPF 317 AGR-AGR / MA

vigência da presente Constituição **ou** contra interpretações judiciais neles fundamentadas (**ADPF 158-AgR/DE**, Rel. Min. GILMAR MENDES – **ADPF 314-AgR/DE**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, *v.g.*).

Demais disso, impende assinalar que também há, no plano dos processos de perfil subjetivo, instrumentos que viabilizam a adoção de meio eficaz apto a sanar o estado de lesividade alegadamente resultante das interpretações judiciais impugnadas.

Evidência do que se vem de afirmar **resulta** do fato de que a mesma controvérsia jurídica ora veiculada **nesta** sede processual **tem sido analisada** pelo Supremo Tribunal Federal *em inúmeros julgamentos*, **nos quais** esta Corte, **repelindo** recursos extraordinários **e/ou** recursos extraordinários com agravo **interpostos** pelo Estado do Maranhão, **tem acentuado** que a discussão **em torno** da aplicação da Lei maranhense nº 8.369/2006 **não possui repercussão direta sobre o âmbito normativo da Constituição da República** (**ARE 722.213-AgR/MA**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **ARE 806.457-AgR/MA**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – **ARE 825.525-AgR/MA**, Rel. Min. GILMAR MENDES – **ARE 841.197-AgR/MA**, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI – **ARE 842.287-AgR/MA**, Rel. Min. ROBERTO BARROSO – **RE 679.715-AgR/MA**, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI – **RE 714.079-AgR/MA**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, *v.g.*).

Não foi por outra razão que o Supremo Tribunal Federal, **apreciando** a questão da transcendência do litígio **e observando** o procedimento a que se refere a Lei nº 11.418/2006, **entendeu destituído de repercussão geral** o tema **referente** à “*natureza jurídica do aumento remuneratório conferido pela Lei nº 8.369/2006 do Estado do Maranhão: se de revisão geral ou não*” (**Tema nº 804**), **suscitado no ARE 871.499-RG/MA**, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI.

Cumpre lembrar, por oportuno, que o Supremo Tribunal Federal, **examinando** questões **em que se evidencia** a hipótese de ofensa meramente

ADPF 317 AGR-AGR / MA

reflexa ao texto da Constituição, **tal como sucede** no caso em análise (**ARE 841.182-AgR/MA**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, *v.g.*), **tem advertido revelar-se inadmissível** o ajuizamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental *uma vez presente esse contexto*, **como resulta claro de inúmeros** precedentes sobre a matéria (**ADPF 9/RS**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – **ADPF 93-AgR/DE**, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – **ADPF 119/DE**, Rel. Min. EROS GRAU – **ADPF 169-AgR/DE**, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – **ADPF 192-AgR/RN**, Rel. Min. LUIZ FUX – **ADPF 210-AgR/DE**, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI – **ADPF 287/TO**, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, *v.g.*), *todos inteiramente aplicáveis à espécie em causa*.

Registro, finalmente, **que a inviabilidade** do recurso de agravo interposto pelo Estado do Maranhão, *em decorrência das razões já mencionadas*, **justifica** a seguinte observação: **no desempenho** dos poderes processuais de que dispõe, **assiste ao Ministro Relator competência plena** para exercer, *monocraticamente*, o controle das ações, pedidos **ou recursos** dirigidos ao Supremo Tribunal Federal, **legitimando-se**, *em consequência*, os atos decisórios que, *nessa condição*, venha a praticar.

Cabe salientar, neste ponto, **que o Pleno** do Supremo Tribunal Federal **reconheceu a inteira validade constitucional** da norma legal **que inclui** na esfera de atribuições do Relator **a competência para negar trânsito**, *em decisão monocrática*, a **recursos**, pedidos ou ações **quando incabíveis**, inviáveis, intempestivos, sem objeto **ou** que veiculem pretensão incompatível com a jurisprudência predominante do Tribunal (**RTJ 139/53** – **RTJ 168/174-175**, *v.g.*).

Nem se alegue que esse preceito legal implicaria transgressão *ao princípio da colegialidade*, eis que o postulado em questão **sempre** restará preservado **ante a possibilidade** de submissão da decisão singular **ao controle recursal** dos órgãos colegiados no âmbito do Supremo Tribunal Federal, **consoante** esta Corte tem **reiteradamente** proclamado

ADPF 317 AgR-AgR / MA

(**RTJ 181/1133-1134**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO – **AI 159.892-AgR/SP**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **RE 302.839-AgR/GO**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, v.g.):

**“PODERES PROCESSUAIS DO MINISTRO-RELATOR
E PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE**

– **Assiste** ao Ministro-Relator **competência plena** para exercer, **monocraticamente, com fundamento** nos poderes processuais de que dispõe, **o controle de admissibilidade** das ações, pedidos **ou** recursos dirigidos ao Supremo Tribunal Federal. **Pode**, em consequência, **negar** trânsito, **em decisão monocrática**, a ações, pedidos **ou** recursos, **quando** incabíveis, intempestivos, sem objeto **ou**, ainda, **quando** veicularem pretensão **incompatível** com a jurisprudência predominante na Suprema Corte. **Precedentes**.

– **O reconhecimento** dessa competência monocrática **deferida** ao Relator da causa **não transgredir** o postulado da colegialidade, **pois sempre caberá**, para os órgãos colegiados do Supremo Tribunal Federal (Plenário e Turmas), **recurso** contra as decisões singulares **que venham a ser proferidas por seus Juízes**.”

(**MS 28.097-AgR/DF**, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Impõe-se enfatizar, por necessário, **que esse entendimento jurisprudencial é também aplicável aos processos objetivos de controle normativo abstrato** (**ADI 2.060-MC/RJ**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **ADPF 104/SE**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – **ADPF 203/SC**, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – **ADPF 278/PR**, Rel. Min. LUIZ FUX – **ADPF 329-MC/DF**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.), **eis que, tal como já assentou o Plenário do Supremo Tribunal Federal**, o ordenamento positivo brasileiro **“não subtrai** ao Relator da causa **o poder de efetuar** – enquanto responsável pela ordenação e direção do processo (RISTF, art. 21, I) – **o controle prévio** dos requisitos formais da fiscalização normativa abstrata, **o que inclui**, entre outras atribuições, **o exame** dos pressupostos processuais **e das condições da própria ação direta**” (**RTJ 139/67**, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

ADPF 317 AGR-AGR / MA

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **nego provimento** ao presente recurso de agravo, **mantendo**, por seus próprios fundamentos, a decisão ora recorrida.

É o meu voto.

03/03/2016

PLENÁRIO

AG.REG. NO AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 317 MARANHÃO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – A situação é peculiar, Presidente.

A parte seria o Governador, personificando o próprio Estado. Por um lapso, ao invés de o próprio Governador, no introito da peça alusiva ao recurso, ter figurado como arguente, figurou o Estado. Entendo que é relevável esse pequeno deslize – não digo vício propriamente dito.

Provejo o agravo.

PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 317

PROCED. : MARANHÃO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO

AGTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO E OUTRO(A/S)

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO

AGDO.(A/S) : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

AM. CURIAE. : SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - SINDJUS/MA

ADV.(A/S) : PEDRO DUAILIBE MASCARENHAS E OUTRO(A/S)

AM. CURIAE. : SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO MARANHÃO - SINTAF

ADV.(A/S) : ANDREA KARLA SAMPAIO COELHO

AM. CURIAE. : SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA ESTADUAL DO MARANHÃO - SINDAFTEMA

ADV.(A/S) : PEDRO DUAILIBE MASCARENHAS

AM. CURIAE. : SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DO MARANHÃO - SINPOL/MA

ADV.(A/S) : JOSÉ CAVALCANTE DE ALENCAR JUNIOR

AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DA POLICIA TECNICO-CIENTÍFICA DO MARANHÃO - APOTEC/MA

ADV.(A/S) : JOSÉ GUILHERME CARVALHO ZAGALLO

AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL DO MARANHÃO- ADEPOL/MA

ADV.(A/S) : JOSÉ CAVALCANTE DE ALENCAR JUNIOR

AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL - CSPB

ADV.(A/S) : DANIELLE DE OLIVEIRA XAVIER

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, negou provimento ao agravo regimental, vencido o Ministro Marco Aurélio. Ausentes, justificadamente, os Ministros Cármen Lúcia e Luiz Fux. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 03.03.2016.

Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Rosa Weber, Teori Zavascki, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

p/ Maria Sílvia Marques dos Santos
Assessora-Chefe do Plenário